

Resolução 8 – Sobre mulheres negras

(Apresentada pelo Setorial de Negritude PSOL RJ)

Ser mulher negra em uma sociedade de classes, racista, lgbtfóbica e machista é uma prova de fogo diária, ainda mais em tempos de crise e aprofundamento do capitalismo. A sociedade capitalista se estabeleceu e se desenvolveu historicamente beneficiando-se do racismo, do patriarcado, do machismo, da heterossexualidade normativa e cisgênera, aprofundando as opressões já existentes. Dessa forma, nós Mulheres Negras, somos consideradas pessoas de segunda categoria, que têm menos direitos do que as demais pessoas dos setores dominantes - estes sempre protegidos por privilégios - e do que homens negros. Raça, classe e gênero se relacionam em camadas de opressões, fazendo com que os direitos da sociedade sejam sempre distribuídos de forma desigual.

O passado colonial e escravocrata aprofunda ainda mais essas tendências que são globais, fazendo com que no Brasil os diversos tipos de violências, incluindo a violência sexual, a exploração e o controle sexual das mulheres, sejam cada vez mais intensificados. Em períodos de crise somos nós, mulheres negras, as primeiras a perder os poucos direitos conquistados com tanta luta.

Sabemos que o capitalismo visa excluir da convivência social os indivíduos que não cumprem papel ditos relevantes dentro de seu sistema. Assim, mata e encarcera cada vez mais aqueles que se encontram desempregados, em ocupações informais ou ilegais e em situação de rua e de miséria. E séculos de escravidão sem a devida reparação histórica deixaram de herança para a população negra a super representação nestas camadas mais pobres da sociedade.

Perdemos também nossas vidas ou a vida de nossos filhos, pais, irmãos e amigos, que estão no cerne da política genocida de “guerra às drogas”. Política essa responsável pelo assassinato de 70 mil jovens negros por ano, além do aumento do encarceramento da juventude negra e da mulher negra, que cresceu nos últimos 15 anos cerca de 567% (2 em cada 3 presas são negras) principalmente por essa guerra aos pobres.

Também perdemos nossas vidas pela mortalidade materna, onde no município do Rio de Janeiro, por exemplo, as mortes por hemorragias superam as mortes por aborto. E mesmo nessas situações somos as que mais morremos. A defesa pela legalização do aborto em nome da saúde pública é fundamental para as mulheres negras. E nas morbidades a violência obstétrica também nos mutila e nos humilha, situação que piora ao ter orientação de silenciamento desta situação.

O fechamento das escolas noturnas nos afeta diretamente pois somos as que acabamos abandonando os estudos para cuidar de familiar ou para trabalhar. O número de creches é inferior às nossas necessidades e dificulta as possibilidades de trabalho.

O racismo religioso tem afetado religiosos de matriz africana com o desrespeito aos preceitos e violência que tem acontecido nos terreiros com destruição das imagens e ataques aos candomblecistas e umbandistas, em especial às mães de santo e demais mulheres.

Essa cruel realidade, quando não elimina nossos corpos, limita nossa mobilidade para que não possamos acessar os diversos espaços de poder - sendo a política institucional um deles - ou se estrutura de forma que o acesso não signifique efetiva obtenção de poder.

Pelo mundo as mulheres negras têm ocupado pela primeira vez o Parlamento. Epsy Campbell Barr, ano passado, foi a primeira mulher negra a alcançar o posto de vice-presidente de um país latino americano, a Costa Rica. Nos EUA foram 229 anos para que indígenas e muçulmanas ocupassem o parlamento. E em 2019 a cidade de Chicago elegeu ao cargo de prefeita a primeira mulher negra e assumidamente lésbica.

No Brasil, as eleições de 2018 elegeram Áurea Carolina por MG e Taliria Petrone pelo RJ à bancada federal, Érica Malunguinho - mulher negra e trans - a deputada estadual por SP, Dani Monteiro, Monica Francisco e Renata Souza a deputadas estaduais pelo RJ, além de Erika Hilton, Jô Cavalcanti e Robeyoncé Lima compondo mandatos coletivos em SP e em PE. São vitórias importantes que mostram que estamos resistindo e avançando, mas no quadro geral mulheres negras se elegeram três vezes menos que mulheres brancas.

Reconhecemos que, nos tempos atuais, o PSOL tem se colocado como um partido aberto às minorias políticas, incluindo, assim, as mulheres negras, que são o maior segmento no Brasil (25 %) iniciando o processo de maior participação.

Há em curso o Fórum Permanente de Diálogo das Mulheres Negras do Estado do RJ Marielle Franco com a ALERJ, iniciado em 2017, que tem gestão com duração de 2 anos e que terá após votação no plenário a inclusão da presidente da Comissão de Direitos Humanos no seu colegiado - presidido pela Deputada Renata Souza - e a integração da Deputada Monica Francisco, como vice presidente da Comissão contra a Discriminação, substituindo o Deputado Carlos Minc, presidente desta comissão. Há nesta comissão a representação de um número pareado de mulheres negras do movimento. São espaços que precisamos estar mais presentes - parlamentares e militantes - pois discutimos e formulamos questões do orçamento, propostas de PL e campanhas.

Porém, também temos a compreensão de que o racismo e o machismo estruturam a sociedade e conseqüentemente suas instituições. Assim, precisamos construir um setorial de mulheres do PSOL que:

- Reconheça a indissociabilidade de discutir feminismos (sob a perspectiva socialista) e discutir o racismo estrutural, que permeia as relações sociais, que hierarquiza mulheres também a partir do recorte de raça;
- Garanta espaços de formação sob a perspectiva antirracista, inclusive com facilidades que promovam reflexões que colaborem para que mulheres negras e não negras possam reconhecer situações de racismo e intervir para as necessárias resoluções;
- Garanta que mulheres negras não discutam apenas gênero e raça, mas temas como saúde, economia, trabalho, cultura, segurança pública, mobilidade urbana, etc, pois sabemos que o racismo e o machismo são transversais;
- Promova candidaturas de mulheres negras nos aspectos financeiros;
- Promova a articulação com o setorial de negritude;
- Incorpore no seu calendário datas como 21 de março - Dia Internacional Contra a Discriminação Racial; 25 de Julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latina - Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela; 31 de Julho - Dia Internacional da Mulher Africana e participação na

Marcha das Mulheres Negras; e a Marcha de Mulheres Negras no último domingo de julho.

- Garanta que mulheres negras não estejam presentes apenas nas palavras de ordem, mas que possam falar por si, e que a fala seja respeitada como a de qualquer outra mulher não negra;

- Garanta que mulheres negras também sejam entendidas cada vez mais como seres pensantes, capazes de articular dentro das diversas instâncias do partido, garantindo inclusive uma porcentagem de mulheres negras nas instâncias de gestão;

- Reconheça a diversidade das mulheres negras, o que implica reconhecer a pluralidade na priorização das pautas assumidas por elas, respeitando que assim podemos ter diversas mulheres negras protagonistas.

- Garanta que as perspectivas do feminismo negro e interseccional estejam incorporadas estruturalmente nas diretrizes do setorial de mulheres e nos princípios e diretrizes do partido;

- Que promova essa interação gênero, raça em parte das plenárias do setorial com outro setorial do partido (exemplo saúde, gênero, raça; favelas, gênero, raça; ecossocialismo, gênero, raça).

- Integrar mais organicamente o Diálogo Marielle Franco das Mulheres Negras com a ALERJ.

- É importante que haja uma representação de mulheres negras na coordenação estadual e nacional do setorial de mulheres, assim como na delegação para o encontro nacional; e também nas direções partidárias, quando houver congresso; o que implica em uma cota que dê conta da representação percentual no Brasil, que é de 54%, e do RJ que chega a 45 %.